



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA NÚMERO 37/XI (1.ª SL)

Aos sete dias do mês de Julho de 2010, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala dez do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 36.
2. Distribuição de iniciativas legislativas.
3. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 177/XI (PEV)** – *Altera o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio (no desenvolvimento da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime de Segurança Social) e o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Promulga o Estatuto da Aposentação), com vista a atribuir o direito de antecipação da idade da reforma para mães de filho dependente com deficiência profunda ou agravada*: Deputada autora do parecer: Catarina Marcelino (PS).
4. Discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 18/XI (GOV)** – *Regula certos aspectos das condições de trabalho dos trabalhadores que prestam serviços transfronteiriços no sector ferroviário, transpondo a Directiva n.º 2005/47/CE do Conselho, de 18 de Julho de 2005*.
5. Apreciação de Relatórios Finais de Petições:
  - Petição n.º **12/XI (1.ª)**, da iniciativa Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (FECTRANS) e Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) - *Pela alteração do Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de Maio, no sentido de que os encargos relativos à aquisição de qualificação inicial e da formação contínua, não sejam da responsabilidade dos motoristas profissionais*: Deputada relatora: Anabela Freitas (PS);
  - Petição n.º **46/XI (1.ª)**, da iniciativa de José Silva Moreira Gomes e outros - *Solicitam que vingue a proposta ao Orçamento do Estado de 2010, sugerida por um Deputado do PS, no tocante à reforma dos funcionários públicos e autárquicos, no sentido de não existirem quaisquer penalizações para os trabalhadores, sempre que esteja presente a regra do somatório de 95 anos entre a idade e os anos de descontos*: Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD).
6. Apreciação do relatório da audiência concedida à CUT- Comissão Unitária de Trabalhadores do Estoril Sol.
7. Outros assuntos.



O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS), que presidiu à reunião, começou por pôr à consideração dos Senhores Deputados a Acta n.º 36 que, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

De seguida, foram designados autores do parecer os seguintes Senhores Deputados: Adriano Rafael Moreira (PSD) dos **Projectos de Lei n.ºs 322/XI (CDS-PP)** - Segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção e **323/XI (CDS-PP)** - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei 42/2006, de 23 de Fevereiro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto; o GP do PS indicará posteriormente para os **Projectos de Lei n.ºs 331/XI, 333/XI e 334/XI (CDS-PP)**; Artur Rêgo (CDS-PP) para o **Projecto de Lei n.º 341/XI (PSD)** - Altera a Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto, que regula o Conselho Económico e Social.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) para apresentação do seu Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 177XI (PEV)**. Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Parecer), foram os mesmos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

O quarto ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião da próxima semana, de modo a permitir o estabelecimento de um prazo-limite para apresentação de propostas de alteração, tendo ficado definido que as mesmas deverão dar entrada até à próxima sexta-feira, dia 9 de Julho.

No quinto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Anabela Freitas (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 12/XI (1.ª), cujo parecer conclui no sentido de *"Remeter a Petição n.º 12/XI/1.ª ao Senhor Presidente da Assembleia da República, acompanhada do respectivo relatório e demais elementos instrutórios, para efeitos de agendamento de apreciação conjunta, em plenário, com o Projecto de Lei n.º 60/XI/1.ª, nos termos do n.º 8 do artigo 24.º da Lei do exercício do direito de petição."*



Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

De seguida, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o relatório final da Petição n.º 46/XI (1.ª), cujo parecer é do seguinte teor: *"1. A presente petição está bem especificada e cumpre os requisitos formais e de tramitação. 2. Deve a presente petição ser remetida, acompanhada do respectivo relatório e demais elementos instrutórios, ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do necessário agendamento da sua apreciação em Plenário."*

Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No sexto ponto da Ordem do Dia, os Senhores Deputados tomaram conhecimento do relatório da audiência concedida à Comissão Unitária de Trabalhadores do Estoril Sol.

No último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que a audição do Senhor Provedor de Justiça para apresentação do Projecto de Código de Boas Práticas Administrativas submetido à Assembleia da República terá lugar na próxima quarta-feira, pelas 10 horas. Frisou que, nas intervenções que teve oportunidade de fazer na reunião de Presidentes de Comissões congéneres sobre a Estratégia 2020, que teve lugar no dia 25 de Junho, em Madrid, disse esperar que os erros da Estratégia de Lisboa não se repitam, para o que será determinante o modelo de governação adoptado (Comissão ou Conselho), bem como as decisões que vão ser tomadas para definição dos recursos alocados.

Referiu-se à necessidade de o plano de actividades da Comissão para a próxima sessão legislativa integrar não só a realização de um seminário sobre economia social como outro sobre Estratégia UE 2020, extensível aos membros da Comissão congénere do Parlamento Europeu, que lhe foi sugerido pelo Presidente do Conselho Económico e Social.



A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2010.

**O PRESIDENTE,**



**(RAMOS PRETO)**



### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Anabela Freitas  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Custódia Fernandes  
Jorge Strecht  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria das Mercês Borges  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Ramos Preto  
Rita Miguel  
Teresa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Jorge Machado  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros  
Maria José Nogueira Pinto